

1. Contexto operacional

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Mangels foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração de 22 de março de 2012.

A Mangels Industrial S.A. (a seguir designada “Controladora”, “Companhia”, ou “Mangels”), é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da Companhia está localizada na Rua Verbo Divino, 1488 – 6º andar – São Paulo – SP.

A Mangels Industrial S.A. tem por objeto a produção e comercialização de produtos de aço relaminados, peças de aço estampado, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP, produção e venda de rodas automotivas de alumínio, serviços de galvanização de artefatos de aço e fabricação e comercialização de defensas para estradas.

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia completou o “Plano de Reorganização das Sociedades Controladas” iniciado no primeiro trimestre de 2011, que consistiu na transferência das atividades operacionais das controladas Mangels Indústria e Comércio Ltda., Mangels Galvanização Ltda., Laminação Baukus Ltda., Maxitrade S.A., Recman Comercial e Administradora Ltda., e da Superfície Ltda. para a própria Mangels Industrial S.A. Este projeto teve como objetivos: (a) simplificar a estrutura societária das controladas da Companhia; (b) otimizar processos operacionais e administrativos; e (c) reduzir o número de sociedades controladas, com redução de despesas administrativas. Maiores detalhes decorrentes dessas reorganizações estão demonstrados na Nota Explicativa 10.3.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, para as demonstrações separadas, seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.1. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas informações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro 2011 e 2010, apresentadas abaixo:

		Participação no Capital Social - %			
		2011		2010	
	Pais-sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	-	-	97,76	2,24
Mangels Galvanização Ltda.	Brasil	-	-	97,92	2,08
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Brasil	99,99	-	-	100,00
Laminação Baukus Ltda.	Brasil	-	-	100,00	-
Maxitrade S.A.	Brasil	-	-	100,00	-
Mangels International Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-	-	100,00
Recman Comercial e Administradora Ltda.	Brasil	-	-	-	100,00
Mangels USA Corporation	EUA	-	100,00	-	100,00
Mangels International S.A.	Uruguai	-	-	-	100,00
Superfície Ltda.	Brasil	-	-	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Brasil	100,00	-	-	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Mangels Industrial S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Os efeitos decorrentes da reorganização societária ocorrida durante o exercício de 2011 estão demonstrados na Nota Explicativa 10.3. Cabe ressaltar que para fins de comparação dos números da controladora, os impactos da reorganização societária deve ser considerado.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. As atividades das entidades no exterior são executadas como extensão da controladora, logo a moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado,

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas do Grupo

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios.

2.4. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos : A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços: As receitas de prestações de requalificação de recipientes para Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP e de serviços de galvanização são reconhecidas contra a prestação dos mesmos e pela devolução do produto ao requisitante do serviço, ou à medida que o serviço é prestado.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Tributação

Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: i) Imposto sobre Produtos Industrializado (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo a alíquota de 5% a 10%; ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não-cumulativo a alíquota de 1,65%; iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não-cumulativo a alíquota de 7,60%; iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não-cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo

de serviços, prevalecendo a alíquota de 2% a 5%. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no exercício de 12 meses, e a contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente do patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);

- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na Nota Explicativa nº 19.

2.7. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus e plano de previdência privada (contribuição definida) administrada por seguradora. O plano de previdência complementar é concedido aos funcionários ativos, e que são elegíveis ao referido plano de acordo com o atendimento de determinadas condições.

Esses benefícios são registrados no resultado quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.8. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outros recebíveis, e instrumentos financeiros derivativos..

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados em seu reconhecimento inicial pelos valores justos, no resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelos seus valores justos. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia avalia seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após seu reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

iv) Desreconhecimento (baixa): um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasse”

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

ii) Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e débitos com empresas ligadas, classificados na categoria ii, e ganhos ou perdas não realizadas em operações com derivativos, classificados na categoria i.

iii) Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota Explicativa 4.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do Instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado

Instrumentos derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.11. Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da

venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	<u>Taxa média anual %</u>
Edifícios e benfeitorias	3
Equipamentos e Instalações	2,7 a 25,0
Veículos	20
Móveis e Utensílios	3,7 a 25,0

2.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível. E sua amortização se dá de forma linear. (conforme quadro a seguir).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada

anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na Nota Explicativa 12.:

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Ágio com expectativa de rentabilidade futura
Vida Útil	Definida	Definida	Indefinida
Método de Amortização Utilizado	Linear	Linear	N/A

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas: custo de aquisição apurado de acordo com o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando estes não apresentarem previsibilidade de uso ou venda nos próximos 100 dias.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito ao final de cada exercício ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.16. Provisões

Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos e discussões judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidá-la e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o IASB emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis, porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia:

IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva. A Companhia reflete as requisições de divulgação revisadas na Nota Explicativa 4.

IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o que não é aplicável no Brasil. A Companhia apresenta tal análise em quadro específico do Balanço.

2.18. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- *IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes*

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- *IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais* (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- *IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações* - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração*

O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

- *IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas*

O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências

estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- *IFRS 11 – Acordos Conjuntos*

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- *IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo*

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetados em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- i) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Conforme descrito na nota 2.13, quando o valor contábil líquido exceder o valor recuperável do ativo, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, o que leva a administração a adotar determinadas premissas para apurá-los. Mudanças futuras nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas a compensar no valor de R\$21.692 mil (R\$5.875 mil em 31 de dezembro de 2010).

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Para maiores detalhes, vide a nota explicativa 19.

iii) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

iv) Provisão para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas para as quais sejam avaliadas como provável as saídas de recursos para liquidá-las, e uma estimativa provável de valor puder ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 2.15.

4. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM no. 604, de 19 de novembro de 2009, que

aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas, debêntures e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado. Adicionalmente a Companhia e suas controladas realizam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger os seus ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras:

Em milhares de Reais

Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo	
	2011	2010	2011	2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	148.808	123.937	148.808	123.937
Títulos e valores mobiliários	60.990	96.549	60.990	96.549
Contas a receber de clientes	99.114	97.692	99.114	97.692
Tributos a recuperar	41.722	54.236	41.722	54.236
Total:	350.634	372.414	350.634	372.414
Passivos financeiros				
Fornecedores	91.706	31.251	91.706	31.251
Empréstimos e financiamentos *	429.411	445.908	438.664	447.893
Debêntures *	54.321	69.963	55.249	71.035
Tributos a recolher	3.068	12.079	3.068	12.079
Total:	578.506	559.201	588.687	562.258

* As diferenças entre o valor contábil e o valor justo referem-se aos custos incorridos na captação e serão amortizados pelo período da contratação destes empréstimos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e

premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se dos valores de seus valores de realização grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das demonstrações financeiras.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.
- *Derivativos:* são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio e curvas de taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em milhares de Reais

Consolidado

	31 de Dezembro de 2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	148.808	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	60.990	X	-	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	438.664	-	X	-
Debêntures	55.249	-	X	-

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos

termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Este Comitê é formado por membros da própria administração e também por profissionais externos.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, e proíbe negociações especulativas e vendas a descoberto.

i) *Risco de crédito*: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter mais que 20% desses investimentos concentrados em um único grupo econômico.

ii) *Risco de liquidez*: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

iii) *Riscos de mercado*: Risco com taxa de juros : O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao

descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de insumos e equipamentos e também de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Desta forma, a política de gestão de riscos e caixa da Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de minimizar essa exposição cambial, considerando um horizonte de 12 meses.

A utilização de instrumentos financeiros mitiga a exposição cambial e obedecem as seguintes regras:

- . Todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais do mercado brasileiro;

- . Os instrumentos financeiros devem ter alta correlação com o ativo a ser protegido.

A Companhia entende também, que por meio da contratação de dívidas em moeda estrangeira está exposta à flutuação das taxas de juros internacionais, sendo que a alta das taxas de juros flutuantes causa um aumento das despesas futuras. Portanto, a Companhia persegue a proteção da exposição a taxas de juros flutuantes também por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos. A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a exposição a taxas de juros flutuantes considera que todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais dos mercados internacionais. A contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com *rating* superior a AA-.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

Consolidado				
	Regime de Competência			
	Milhares de dólares norte-americanos		Milhares de reais	
	2011	2010	2011	2010
Direitos				
Títulos e valores mobiliários	-	15.684	-	26.133
Clientes	2.140	2.384	4.015	3.973
Hedge Cambial - Dólar Futuro (i)	41.500	41.500	77.846	69.147
	43.640	59.568	81.861	99.253
Obrigações				
Empréstimos e financiamentos (ii)	168.075	177.959	315.275	260.502
Fornecedores	677	157	1.269	262
Exposição líquida	(125.111)	(118.548)	(234.684)	(161.511)

i) Refere-se ao valor nominal da compra de dólar futuro, operação esta contemplada no Fundo de Investimento Exclusivo conforme demonstrado nas Notas Explicativas 5 e 6.

ii) Estão incluídas nos empréstimos e financiamentos, operações de pré-pagamento de exportação, e nota de crédito de exportação (NCE) no valor total de R\$ 166.027 (R\$142.945 em 31 de dezembro de 2010) - Nota Explicativa 13, os quais serão quitados pelas futuras exportações de produtos da Companhia, não representando, portanto, futuros desembolsos de caixa.

d) Derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas instituições financeiras com classificação de crédito de grau de investimento e com a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visam proteger os ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Financiamentos" no passivo circulante (balanço patrimonial), e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesas financeiras".

. Contratos de *swap* : São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda dólar para o real ou de real para dólar, dependendo da operação.

. Dólar futuro : Instrumento utilizado para proteção *hedge* das obrigações expostas

em dólar norte-americano, incluindo as dívidas dos próximos 12 meses.

A Companhia divulga a seguir a sua posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

		2011	2010
Valor Justo		Passivos	
Swaps	(1)	3.886	6.027
Compra de dólar futuro - (Nota Explicativa 6)	(2)	3.948	707

(1) Os contratos de swaps são completamente atrelados aos contratos de Capital de Giro, com direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e com a intenção de compensação, e de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Com isso, eles são apresentados nas demonstrações financeiras líquidos do saldo de Capital de Giro.

(2) O valor nominal da compra de dólar futuro é de US\$41.500 em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu na rubrica de "Receitas financeiras" um ganho de R\$ 2.839 relacionados a contratos de hedge cambial (R\$ 8.397 de perda em 31 de dezembro 2010).

As operações de derivativos da Companhia na BM&F BOVESPA requerem margem inicial em garantia. "A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2011, depósitos de margem de R\$12.483 relacionados a Títulos Públicos (LTN) (R\$9.815 em 31 de dezembro de 2010, relacionados a Títulos Públicos)".

A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio na BM&F BOVESPA, considerada como risco de contraparte aceito.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores e mobiliários e empréstimos captados em moeda estrangeira); Libor (para empréstimos captados no exterior) e Dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao

Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos, dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,80850% a.a., Dólar R\$1,8758 e CDI 10,87% a.a.

Consolidado				
PASSIVOS	Riscos	Variação		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	aumento da Libor	(256.118)	(256.632)	(257.145)
Dívida em US\$	aumento do US\$	(315.275)	(394.094)	(472.912)
Dívida em moeda nacional	aumento do CDI	(114.136)	(116.933)	(119.731)
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	queda do CDI	92.509	90.242	87.974
Títulos e valores mobiliários	queda do CDI	3.287	3.207	3.126
Clientes	queda do US\$	4.015	3.012	2.008
Compra de US\$ futuro	queda do US\$	77.846	58.384	38.923

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração média - %	2011	2010	2011	2010
<u>Em moeda nacional</u>					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,57% do CDI	18.707	33.238	21.928	66.584
Operações compromissadas	102,11% do CDI	32.925	17.797	42.933	36.330
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)					
CDB	102,0% do CDI	22.443	-	22.443	-
Operações compromissadas	100,4% do CDI	4.902	1.435	4.902	5.501
Títulos públicos - LTN e LFT	100% do SELIC e pré fixada	-	127	-	486
Outros	94,1% do CDI	303	396	303	1.519
Disponibilidade em conta-corrente		3.222	112	3.495	13.517
		82.502	53.105	96.004	123.937
<u>Em moeda estrangeira</u>					
Time Deposit	VC + 1,3% a.a	26.827	-	41.075	-
Disponibilidade em conta-corrente		4.892	-	11.729	-
		31.719	-	52.804	-
Total		114.221	53.105	148.808	123.937

6. Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração média - %	2011	2010	2011	2010
<i>Em moeda nacional</i>					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,93% do CDI		-	1.341	2.668
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)					
CDB	100,9% do CDI	-	2.213	-	8.487
Debêntures	CDI + 0,25%	1.946	261	1.946	1.002
Cotas de FIDC			125	-	481
Títulos públicos - LTN e LFT	100% do SELIC e pré fixada	47.855	13.967	47.855	53.555
BM&F	variável	3.948	(184)	3.948	(707)
Fundo Investimento Renda Fixa	variável	5.900	1.286	5.900	4.930
		59.649	17.668	60.990	70.416
<i>Em moeda estrangeira</i>					
Time Deposit	VC + 1,3% a.a	-	-	-	21.211
Treasury Notes	-	-	-	-	2.852
Corporate Bonds	-	-	-	-	2.070
		-	-	-	26.133
Total		59.649	17.668	60.990	96.549

7. Contas a receber de clientes

	Controladora	Consolidado	
	2011	2011	2010
No Brasil	94.606	100.790	98.267
No Exterior	4.015	4.015	3.973
	98.621	104.805	102.240
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.649)	(5.691)	(4.548)
	92.972	99.114	97.692

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	2011	2010
<i>A vencer</i>	76.862	89.280
<i>Títulos vencidos</i>		
de 1 a 30 dias	15.130	4.297
de 31 a 60 dias	3.806	1.222
de 61 a 90 dias	1.061	361
de 91 a 180 dias	1.908	1.297
de 181 a 360 dias	1.455	2.354
mais de 360	4.583	3.429
	27.943	12.960
Total:	104.805	102.240

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.684
Complemento de provisão	2.732
Valores utilizados	(625)
Valores estornados e não utilizados	(2.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.548
Complemento de provisão	2.272
Valores utilizados	(157)
Valores estornados e não utilizados	(972)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.691

8. Estoques

	Controladora	Consolidado	
	2011	2011	2010
Produtos acabados	21.307	24.826	23.944
Produtos em processo	12.980	13.359	15.691
Matérias-primas	28.412	33.191	54.907
Materiais auxiliares	13.267	15.853	14.032
Provisão para perdas no estoque	(2.104)	(1.887)	(876)
	73.862	85.342	107.698

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	11.061	-	11.605	14.145
Crédito presumido de IPI (iv)	380	-	380	12.713
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.692	1.367	4.744	7.371
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	4.530	-	4.530	1.293
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	180	306
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	375	-	396	5.595
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	1.669	-	1.755	6.610
Programa de Integração Social - PIS	1.895	-	1.913	5.077
PIS e COFINS sobre imobilizado (ii)	3.745	-	4.337	-
PIS e COFINS sobre insumos - CPV (iii)	10.787	-	10.787	-
Outros	1.086	-	1.095	1.126
	40.220	1.367	41.722	54.236
Circulante	33.186	1.367	34.688	47.484
Não circulante	7.034	-	7.034	6.752

(i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT N° 1º DE 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.

(ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

(iii) A Companhia identificou créditos de PIS e COFINS sobre insumos contabilizados em contrapartida a rubrica de Custo dos Produtos Vendidos, referente a créditos não tomados no período de setembro de 2006 a dezembro de 2011, no montante de R\$ 10.787 milhões.

(iv) Vide nota explicativa 18 (a)

10. Investimento

10.1. Investimentos em Controladas

	2011				2010			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado Líquido
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	-	747.738	531.635	216.103	20.407
Mangels Galvanização Ltda.	-	-	-	-	9.470	4.949	4.521	1.152
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	49.576	24.711	24.866	12.262	42.237	19.756	22.482	12.623
Laminação Baukus Ltda.	-	-	-	-	91	76	15	(4)
Maxitrade S.A.	-	-	-	-	4.355	4	4.351	1.704
Mangels International Corporation	21.520	-	21.520	238	18.904	-	18.904	302
Recman Comercial e Administradora Ltda.	-	-	-	-	5.112	471	4.641	1.755
Mangels USA Corporation	(2.584)	16	(2.600)	(37)	(2.217)	60	(2.276)	(30)
Superfície Ltda.	-	-	-	-	22.699	4.058	18.641	512
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	2.564	1.168	1.396	333	1.899	838	1.061	523
	71.076	25.895	45.182	12.796	850.288	561.847	288.443	38.944

A variação demonstrada na coluna de Patrimônio Líquido entre 2011 e 2010, deve-se pelo Plano de Reorganização societária. Maiores detalhes decorrentes dessas reorganizações estão demonstrados na Nota Explicativa 10.3.

10.2 Informações sobre os investimentos

	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Em 31 de dezembro de 2010					
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	14.621	97,76	2,24	216.103	20.407
Laminação Baukus Ltda.	2.073	100,00	-	15	(4)
Maxitrade S.A.	15.991	100,00	-	4.351	1.704
Mangels Galvanização Ltda.	514	97,92	2,08	4.521	1.152
Em 31 de dezembro de 2011					
Mangels International Corporation	20	100,00	-	21.520	238
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	-	24.866	12.262
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	1.396	333

10.3 Movimentação dos investimentos

	Controladora						
	Mangels Indústria e Comércio Ltda.	Laminação Baukus Ltda.	Maxitrade S.A.	Mangels Galvanização Ltda.	Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	E.Koga Ltda.	Mangels International Corporation
Saldo em 31 de dezembro de 2009	128.956	19	2.647	8.049	-	-	-
Equivalência patrimonial	19.951	(4)	1.704	1.129	-	-	-
Aumento de capital	62.364	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	-	-	-	(4.750)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	211.271	15	4.351	4.428	-	-	-
Equivalência patrimonial	(4.928)	-	-	267	12.262	333	2.161
Capitalização da reserva de lucro (iv)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de Investimento Mangels Rodas (v)	-	-	-	-	-	-	-
Compra das quotas da MCL e Mangels Galvanização Ltda (i)	4.831	-	-	-	-	-	-
Transferência de Investimentos (ii)	4.315	(15)	(4.351)	51	-	-	-
Incorp da Mangels Galvanização Ltda e Unidade Galvanização da MCL (iii)	(4.095)	-	-	(4.746)	-	-	-
Transferência da Mangels Componentes da Amazônia (iv)	-	-	-	-	12.603	-	-
Compra de quotas da E.Koga (v)	-	-	-	-	-	1.063	-
Redução de capital cisão parcial Unidade Aços (vi)	(68.270)	-	-	-	-	-	-
Transferência de investimento Mangels International Corporation (vii)	-	-	-	-	-	-	19.359
Transferência de investimentos por incorporação Mangels Ind. Com. Ltda e Superfície (viii)	(143.123)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	24.865	1.396	21.520

47.782

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a Companhia anunciou em 31 de janeiro de 2011 o projeto de reorganização das sociedades controladas “Projeto Reorganização”

(i) No trimestre findo em 31 de março de 2011, a controladora Mangels Industrial S.A, comprou as quotas da controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda. que estavam em poder da Recman Comercial e Administradora Ltda., no montante de R\$ 4.831 passando a participação da Companhia na Mangels Indústria e Comércio Ltda. de 97,76% para 100%.

(ii) Durante o segundo trimestre de 2011, os sócios aprovaram transferências de investimentos pelo valor patrimonial, resultando em um aumento líquido na Mangels Indústria e Comércio Ltda. no montante de R\$ 4.315 mil, referente a incorporação da Laminação Baukus Ltda., que por sua vez, incorporou a Maxitrade S.A., Recman Comercial e Administradora Ltda. e Mangels Rodas Ltda.

(iii) Em 29 de abril de 2011, os sócios aprovaram a redução de capital da controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda., mediante ao cancelamento de 409.485 quotas representativas do capital social de titularidade da controladora, no valor de R\$ 4.095, referente à cisão parcial da Mangels Indústria e Comércio Ltda. - Unidade de Galvanização, com Incorporação do Acervo Líquido Cindido pela Mangels Industrial S.A. Ainda em 29 de Abril de 2011, a Mangels Industrial S.A. incorporou o acervo líquido da Mangels Galvanização Ltda.

(iv) Em 19 de maio de 2011, a controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda. vendeu a totalidade de quotas representativas do capital da Mangels Componentes da Amazônia para a controladora Mangels Industrial S.A. pelo preço estabelecido de R\$ 12.603.

(v) Em 19 de maio de 2011, a Mangels Industrial S.A. adquiriu as quotas de participação da E.Koga Ltda. da Superfície Ltda. pelo preço estabelecido de R\$ 1.063.

(vi) Em 31 de agosto de 2011, os sócios aprovaram a cisão parcial da Mangels Indústria e Com. Ltda. relacionadas aos ativos e passivos da Divisão Aços, com versão da parcela cindida para o Patrimônio Líquido da sociedade. O montante cindido foi de R\$ 68 milhões.

(vii) Em 01 de outubro de 2011, foi aprovada a transferência das propriedades das ações da Mangels International Corporation, da Mangels Indústria e Comércio Ltda. para Mangels Industrial S.A, cujo patrimônio líquido representa o montante de R\$ 21.391.

(viii) Em 31 de outubro de 2011, os acionistas da Mangels Industrial S.A aprovaram a incorporação total de suas controladas: Mangels Indústria e Comércio Ltda. e Superfície Ltda.

11. Imobilizado.

11.1 Movimentação do imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito Líquido Incorporação do Patrimônio Líquido da Mangels Ind. Com. Ltda e Superfície Ltda	21.391	42.668	219.404	1.192	2.561	118	16.862	304.196
Aquisição	15	16	1.355	864	356	-	8.039	10.645
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de andamento para imobilizado	-	419	3.153	-	-	-	(3.572)	-
Depreciação	-	(1.302)	(3.318)	(447)	(653)	-	-	(5.720)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	21.406	41.801	220.594	1.609	2.264	118	21.329	309.121
Custo total	21.406	70.095	429.501	2.567	16.272	118	21.329	561.288
Depreciação acumulada	-	(28.294)	(208.907)	(958)	(14.008)	-	-	(252.167)
Valor residual	21.406	41.801	220.594	1.609	2.264	118	21.329	309.121
Taxa anual média de depreciação %		3,00	2,27 a 25,0	20,00	3,7 a 25,0			

Consolidado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	21.611	46.974	148.450	1.164	3.735	119	62.716	288.929
Aquisição	1.207	2.341	8.194	225	372	12	32.503	49.720
Baixas	(2.950)	(15)	(126)	(630)	(105)	(13)	317	(7.954)
Descontinuidade Aftermarket	-	-	1.862	-	0	-	-	1.862
Transferência de andamento para imobilizado	2.807	195	36.129	1.146	314	-	(37.405)	-
Depreciação	-	(2.443)	(13.565)	101	(1.003)	-	-	(16.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	22.675	47.052	182.352	2.006	3.313	118	58.131	315.647
Aquisição	15	491	1.548	891	366	-	34.608	37.919
Baixas	(770)	-	(2.266)	(761)	(173)	-	(3.039)	(7.009)
Transferência de andamento para imobilizado	-	419	36.007	-	-	-	(36.426)	-
Depreciação	-	(1.389)	(20.979)	(461)	(670)	-	-	(23.499)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	21.920	46.573	196.662	1.675	2.836	118	53.274	323.058
Custo total	21.920	75.637	408.379	2.653	16.895	118	53.274	578.876
Depreciação acumulada	-	(29.064)	(211.717)	(978)	(14.059)	-	-	(255.818)
Valor residual	21.920	46.573	196.662	1.675	2.836	118	53.274	323.058
Taxa anual média de depreciação %		3,00	2,27 a 25,0	20,00	3,7 a 25,0			

O saldo do ativo imobilizado inclui reavaliações de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo líquido dos bens reavaliados é de R\$48.090 (R\$ 50.176 em 31 de dezembro de 2010), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$30.837 (R\$ 30.029 em 31 de dezembro de 2010).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Lucros acumulados" e totalizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 R\$1.033 (R\$1.518 em 31 de dezembro de 2010).

12. Intangível

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	Total
Consolidado					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	591	3.963	153	13.598	18.305
Aquisição	-	-	-	-	-
Baixas	-	(70)	-	-	(70)
Transferência	-	-	-	-	-
Amortização	(127)	(1.232)	(32)	-	(1.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	464	2.661	121	13.598	16.844
Custo Total	634	9.199	158	13.598	23.589
Amortização	(170)	(6.538)	(37)	-	(6.745)
Valor residual	464	2.661	121	13.598	16.844

13. Empréstimos e financiamentos

		Controladora	Consolidado	
		2011	2011	2010
Taxa média anual de juros - % a.a.				
Moeda Nacional				
BNDES / Máquinas/ PSI / EXIM	4,60% a.a	77.346	77.346	94.495
Capital de Giro (CEF / NCE BB)	120% do CDI	21.542	23.509	39.551
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	-	12.162	13.448
Arrendamento Mercantil (i)	CDI + 0,28% a.m.	1.119	1.119	1.898
		100.007	114.136	149.392
Moeda Estrangeira				
Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor semestral + 5,40% a.a.	166.027	166.027	142.945
Capital de giro / Finimp	4,52% a.a.	56.314	59.157	58.514
DEG/FMO	Libor semestral + 4,56% a.a.	90.091	90.091	95.057
		312.432	315.275	296.516
		412.439	429.411	445.908
Circulante		136.726	142.572	124.618
Não Circulante		275.713	286.839	321.290

- (i) A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos de Hardware (leasing de servidores da IBM) e serviço de instalação. Esses contratos foram celebrados em Reais e possuem cláusulas de opção de compra dos ativos ao final do contrato, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo.

Os financiamentos obtidos do BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo, cujo valor total é de R\$ 75 milhões. Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de créditos rotativos.

Como obrigação contratual do empréstimo contratado junto ao DEG/FMO e ao BTG Pactual a Companhia deve atender trimestralmente e anualmente determinados indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nas demonstrações financeiras e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Projeções preliminares a 31 de dezembro de 2011 indicavam que a Companhia não atenderia com a obrigação contratual de manutenção de determinados índices financeiros. O não cumprimento dessa obrigação contratual facultaria aos credores o direito de pleitear o vencimento antecipado das dívidas. No entanto, a companhia renegociou os indicadores financeiros junto a estas instituições e tal obrigação foi atendida uma vez que os credores concordaram, por meio de cartas formais datadas de 20 e 22 de dezembro de 2011 respectivamente, com os novos índices para 31 de dezembro de 2011.

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	Controladora	Consolidado	
	2011	2011	2010
2012		-	131.469
2013	113.206	114.853	117.571
2014	69.627	70.850	27.471
2015	57.792	59.015	22.703
2016	32.083	33.306	14.861
2017	819	2.042	1.820
2018	850	2.073	1.773
2019	882	2.105	1.728
2020	454	1.677	1.281
2021	-	918	613
	275.713	286.839	321.290

14. Debêntures

2011			
	Principal	Custos de Transação	Total
Principal	54.445	(928)	53.517
Juros	804	-	804
	55.249	(928)	54.321
Circulante	16.360	(278)	16.082
Não Circulante	38.889	(650)	38.239

2010			
	Principal	Custos de Transação	Total
Principal	70.000	(1.072)	68.928
Juros	1.035	-	1.035
	71.035	(1.072)	69.963
Circulante	15.554	(35)	15.519
Não Circulante	55.481	(1.037)	54.444

Em 7 de maio de 2010, o Conselho de Administração, aprovou a 3ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 70.000, com as seguintes condições: (i) Data de Emissão: 18 de maio de 2010; (ii) Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000; (iii) Quantidade de Debêntures e Número de Séries: 70 (setenta) Debêntures, em série única. ; (iv) Colocação e Negociação: as Debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com garantia firme de subscrição para o volume de R\$ 70.000; (v) Prazo e Data de Vencimento: 5 (cinco) anos a partir da Data de Emissão; (vi) Remuneração: sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 118,00% (cento e dezoito por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "Taxa DI over extra-grupo", a serem pagos semestralmente; (vii) Amortização: o valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 18 de maio de 2011; e (viii) Garantia: as Debêntures contarão com a garantia da cessão sob condição suspensiva de direitos creditórios da Mangels Industrial S.A., até o limite de 55% (cinquenta e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures.

No ano de 2011, foi amortizado do valor do principal R\$ 15.554 milhões.

Como obrigação a contratação das Debêntures, a Companhia deve atender trimestralmente e anualmente determinados indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nas demonstrações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 28 de dezembro de 2011 a Companhia renegociou o indicador financeiro e desta forma tornou-se adimplente com essas obrigações contratuais, na data do encerramento das demonstrações financeiras.

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	2011	2010
2012	-	15.554
2013	15.554	15.554
2014	15.554	15.554
2015	7.131	7.782
	38.239	54.444

15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia realizou o Teste de “Impairment”, onde foram consideradas as premissas a seguir descritas em atendimento ao CPC 01 (itens 28 a 76).

Os estudos realizados contemplam 4 unidades de negócio diferentes que agregam os ativos necessários para a atividade operacional da Companhia.. Estas unidades de negócio são: Divisão Aços, Divisão Rodas, Divisão Cilindros e Unidade Galvanização. Entende-se também que estas unidades de negócio são os conjuntos mínimos de ativos necessários para a geração de uma atividade operacional mensurável em termos de valor e caixa.

Os estudos também contemplam a análise recuperação do valor contábil do ativo intangível, decorrentes de combinação de negócios.

Utilizou-se o método de Fluxo de Caixa Descontado para o estudo, onde foram gerados valores presentes por unidade de negócio, e comparados aos valores de ativo imobilizado e intangível. Tais fluxos foram descontados pelo custo médio ponderado de capital (WACC, em inglês), que em 31 de dezembro de 2011 totalizou 12,78% considerando efeitos da inflação e 7,37% sem efeitos da inflação. Também foi considerado um valor pela perpetuidade dos fluxos.

O período de projeção foi de 5 anos (2012 até 2016), sendo que o primeiro ano representa o Orçamento de 2012 da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

As análises efetuadas não revelaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

16. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas, tributários e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Consolidado		Consolidado	
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões	
	2011	2010	2011	2010
Tributárias	2.543	2.914	-	471
Trabalhistas e previdenciárias	3.715	4.423	1.252	2.686
Outras	1.111	1.568	2.566	2.584
	7.369	8.905	3.818	5.741

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	748	2.775	3.523
Adições	471	3.857	-	4.328
Baixas	-	(1.919)	(191)	(2.110)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	471	2.686	2.584	5.741
Adições	-	1.079	-	1.079
Baixas	(471) (i)	(2.513) (ii)	(18)	(3.002)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	-	1.252	2.566	3.818

- i) Refere-se a baixa da provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em decorrência da decadência do prazo para cobrança destes tributos.
- ii) Refere-se ao encerramento de processos trabalhistas, cujos valores encontravam-se depositados judicialmente.

Riscos classificados como prováveis – estão provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- **Tributárias:** Refere-se à provisão para demanda relacionada à compensação integral de Imposto de Renda e Contribuição Social na controlada indireta Recman Comercial e Administradora Ltda.
- **Trabalhistas e previdenciárias:** são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas extras, equiparação salarial e outros;
- **Outras:** representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis - não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

(a) Tributárias

- i) COFINS - compensação de PIS calculados na forma dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449 de 1988 (PIS Semestralidade) com COFINS - refere-se a valores considerados como compensações indevidas e inscritos na dívida ativa da União em janeiro de 2008, no montante de R\$6,5 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2010).
- ii) PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,5 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010).
- iii) ICMS – refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda em 19 de maio de 2010 sob o argumento de tributação a menor de material aplicado na industrialização sob encomenda e de créditos extemporâneos indevidos, no montante de R\$6,6 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2010).
- iv) CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$3,0 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011(R\$ 2,9 milhões em 31 de dezembro de 2010).
- v) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 3,9 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011(R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2010).

(b) Previdenciárias

INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas. Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,3 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2010).

(c) Cíveis

vi) A Companhia é parte em três ações cíveis, entre as quais duas no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,7 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um processo no valor de R\$1,5 milhões).

d) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

17. Informações sobre partes relacionadas

a) Transações e saldos

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>2011</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Com empresas consolidadas			
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	926 (2)	636 (2)	(9.419) (2)
E.Koga Ltda.	1.000 (1)	-	-
CONTROLADORA	1.926	636	(9.419)

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31.12.2010

	<u>Não Circulante</u>
Com empresas não consolidadas	
Mangels S.A.	280
Tecnopar S.A.	5
	<u>285</u>
CONSOLIDADO	285

(1) Refere-se a dívidas de ex-sócios da E.koga, contabilizada na rubrica de "outros ativos".

(2) Refere-se à operação comercial de venda de aço

Todas as movimentações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$7.800 conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011. A remuneração paga durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	6.988	6.610
Planos de aposentadoria e pensão (i)	255	324
Outros benefícios (ii)	241	506
	<u>7.484</u>	<u>7.440</u>

- (i) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.7, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários.
- (ii) Refere-se a gastos com assistência médica e seguro de vida em grupo sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

18. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outras despesas operacionais				
Crédito Prêmio - IPI	(a) (10.235)	-	(10.235)	-
Provisão para perdas de processos trabalhistas	(1.079)	-	(1.079)	(2.852)
Valor residual de venda de ativos	(56)	-	-	(5.452)
Despesas relacionadas a venda de ativos	-	-	(69)	(837)
Honorários advocatícios	(1.042)	-	(1.042)	(237)
Provisão para gastos com descontinuidade do negócio de "After Market"	-	-	-	(2.100)
Outras despesas	(1.382)	(24)	(1.187)	(300)
	<u>(13.794)</u>	<u>(24)</u>	<u>(13.613)</u>	<u>(11.778)</u>
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos)	(a) -	-	968	11.040
Receita de venda de ativos	-	-	34	7.196
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	2.754	-
Outras receitas	-	200	1.964	100
	<u>-</u>	<u>200</u>	<u>5.720</u>	<u>18.336</u>
Total outras receitas operacionais	<u>-</u>	<u>176</u>	<u>(7.893)</u>	<u>6.558</u>

(a) A Companhia registrou em 2010 o valor de R\$10,2 milhões referente ao Crédito-prêmio de IPI transferido para terceiros de maio a novembro de 2000, conforme mencionado na Nota Explicativa 9

A Receita Federal do Brasil – RFB não homologou tal transferência, tendo sido a empresa compradora dos créditos atuada em 2003 e por consequência ter reconstituída sua escrita fiscal para estornar os créditos escriturados em função da cessão ocorrida.

A empresa compradora dos créditos da Companhia recorreu administrativamente da decisão da Receita Federal, porém em Novembro de 2009, a mesma desistiu do processo e procedeu ao pagamento do débito. A Companhia, por força do contrato de transferência, assumiu a responsabilidade pelo pagamento do referido débito transferido a compradora.

Sendo assim, a Companhia entendeu ser seu direito reconhecer esse crédito em sua contabilidade e assim o fez em março de 2010. No entanto, a Companhia protocolou consulta na RFB, em 15 de outubro de 2010, sobre o direito de se creditar, em seu livro de Apuração e Registro de IPI, para compensação com futuros impostos a pagar. Até a data da emissão destas demonstrações financeiras, a Receita Federal não havia se manifestado. Entretanto, por medida de cautela em dezembro de 2011, a Companhia estornou também de sua contabilidade o crédito, optando por aguardar a manifestação oficial do Fisco para o devido reconhecimento do crédito em sua escrita fiscal e na contabilidade, para as devidas compensações que entende ser seu direito.

19. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.445)	21.266	(47.059)	33.519
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(10.095)	(22.780)	-	-
Lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(63.540)	(1.514)	(47.059)	33.519
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	21.604	515	16.000	(11.396)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Provisões Não Dedutíveis	(252)	(427)	(1.560)	(427)
Outros	(508)	156	18	(186)
	20.844	244	14.458	(12.009)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(1)	(391)	(5.238)	(10.647)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20.845	635	19.696	(1.362)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado de exercício	20.844	244	14.458	(12.009)
Alíquota efetiva	-32,8%	-16,1%	-30,7%	-35,8%

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias.

c) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) *Tributos diferidos ativos*: Os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões e também com base na previsão de lucratividade futura cuja compensação é suportada por projeções de lucros tributáveis, já aprovados, descontadas a valor presente, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 237/98 e 271/02, conforme demonstrado a seguir:

(ii) *Tributos diferidos passivo:* A Companhia calculou tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	17.742	4.005	17.742	4.205
Base negativa da contribuição social	3.950	1.542	3.950	1.670
Diferenças temporárias				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.551	-	1.551	1.546
Provisões para contingências	1.298	-	1.298	1.952
Provisões de comissões sobre vendas	219	-	219	-
Provisões para PLR	746	-	746	728
Provisão para perdas em inventário	642	-	642	298
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	1.322	-	1.322	1.434
Outros	5.247	47	5.247	1.612
	<u>32.717</u>	<u>5.594</u>	<u>32.717</u>	<u>13.445</u>

A expectativa de realização do saldo ativo consolidado de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2011	-	1.149	-	4.983
2012	1.345	1.149	1.345	3.686
2013	3.077	1.149	3.077	1.592
2014	4.231	2.147	4.231	1.592
2015	6.402	-	6.402	1.592
2016	6.952	-	6.952	
2017	7.902	-	7.902	
2018	2.808	-	2.808	
	<u>32.717</u>	<u>5.594</u>	<u>32.717</u>	<u>13.445</u>

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas

d) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia tem utilizado as prerrogativas definidas no RTT desde o exercício findo em 31/12/2008.

e) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/1007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

Em 31 de dezembro de 2011, foram apurados e reconhecidos R\$ 2.754 relativo a redução de imposto de renda (R\$ 2.709 em 31 de dezembro 2010).

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

31 de dezembro de 2011

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,0%	3.153.000	28,28%	3.153.000	18,17%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,0%	1.958.800	17,57%	1.958.800	11,29%
BNDES PARTICIP S.A. BNDESPAR	-	0,0%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,0%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.712	0,08%	3.382.374	30,34%	3.387.086	19,52%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

31 de dezembro de 2010

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,0%	2.260.000	20,27%	2.260.000	13,03%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,0%	1.983.000	17,79%	1.983.000	11,43%
BNDES PARTICIP S.A. BNDESPAR	-	0,0%	1.972.168	17,69%	1.972.168	11,37%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,0%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.712	0,08%	3.732.574	33,48%	3.737.286	21,54%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

b) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para lucros acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

A Companhia preparou o balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, em atendimento ao estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme determina o CPC 32, reclassificou o Imposto de Renda e Contribuição diferidas sobre o valor da reavaliação no montante de R\$ 6.308, do passivo não circulante para o patrimônio líquido da controladora retroativamente a 1 de janeiro de 2009. (nota explicativa 4.2.2. item c)

c) Reserva especial

A reserva especial é composta dos lucros acumulados após constituição da reserva legal, da reserva para futuro aumento de capital e da destinação de dividendos. Essa reserva tem por finalidade assegurar adequada condição operacional da Companhia e está limitada a 80% do capital atualizado, conforme determinado no estatuto em seu artigo 32, parágrafo primeiro.

d) Dividendos pagos e propostos

De acordo com o estatuto da controladora, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal, asseguradas e respeitadas integralmente às vantagens e prioridades das ações preferenciais definidas em lei e nos estatutos

21. Resultado Financeiro

21.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Juros sobre aplicações financeiras	8.607	6.264	20.227	14.741
Descontos Obtidos	259	-	373	666
Outras Receitas	2.837	5	816	2.298
	11.703	6.269	21.416	17.704

21.2 Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Tarifas Bancárias	(1.349)	(46)	(1.026)	(1.487)
Juros sobre empréstimos	(14.515)	(5.354)	(39.986)	(32.492)
Outras Despesas	(2.681)	(23)	(3.693)	(3.184)
Valor justo dos instrumentos financeiros	(166)	-	(1.136)	(1.235)
	(18.711)	(5.423)	(45.841)	(38.398)

22. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custos com mercadorias	96.507	-	405.940	433.452
Outros custos	21.566	481	131.656	131.463
Outras despesas e receitas	13.753	(176)	7.758	6.863
Despesas com pessoal	39.251	1.148	149.466	139.932
Depreciação e Amortização	5.974	-	25.360	22.860
Despesa por natureza	177.051	1.453	720.180	734.570
Custo das mercadorias vendidas	137.670	-	626.001	655.574
Com vendas	8.375	-	30.226	34.849
Gerais e administrativas	17.212	1.629	56.060	47.731
Outras receitas operacionais	13.794	(176)	7.893	(3.584)
Despesas por função	177.051	1.453	720.180	734.570

23. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora	Consolidado	
	2011	2011	2010
Receita Bruta	199.527	940.418	1.012.947
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(49.805)	(217.514)	(229.670)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	149.722	722.904	783.277

24. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- **Aços:** Instalada em São Bernardo do Campo (SP), a Divisão Aços é responsável pela produção de tiras relaminadas de aço de baixo, médio e alto teor de carbono para as mais diversas aplicações. Possui também, um Centro de Serviços de Aços (CSA), prestando serviços de decapagem, aplainamento e corte.
- **Rodas:** Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- **Cilindros:** também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Goiânia (GO), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR)
- **Galvanização:** com planta em Guarulhos (SP), é responsável pela fabricação e tratamento de defensas metálicas para rodovias, produção de pisos industriais e oferece serviços de galvanização a fogo de peças e estruturas de aço.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 31 de dezembro de 2011 esta apresentado a seguir:

						2011
	Aços	Rodas	Cilindros	Galvanização	Outros	Total
Ativos por segmento	100.443	32.572	13.256	2.263	687.310	835.845

						2010
	Aços	Rodas	Cilindros	Galvanização	Outros	Total
Ativos por segmento	434.808	171.725	111.624	55.108	83.546	856.811

Aços

<i>R\$ milhões</i>	2010	2011	Variação
Receita Bruta	402,3	363,4	-9,7%
Receita Líquida	302,4	272,3	-10,0%
Mercado Interno	295,2	262,3	-11,1%
Mercado Externo	7,2	10,0	38,9%
CPV	(259,1)	(246,6)	-4,8%
Lucro Bruto	43,3	25,7	-40,8%
<i>Margem Bruta</i>	<i>14,3%</i>	<i>9,4%</i>	<i>-4,9p.p.</i>

Rodas

<i>R\$ milhões</i>	2010	2011	Variação
Receita Bruta	330,8	318,0	-3,9%
Receita Líquida	263,5	249,3	-5,4%
Mercado Interno	232,1	224,0	-3,5%
Mercado Externo	31,4	25,3	-19,4%
CPV	(221,1)	(210,6)	-4,7%
Lucro Bruto	42,5	38,7	-7,5%
<i>Margem Bruta</i>	<i>16,1%</i>	<i>15,5%</i>	<i>-0,6p.p.</i>

Cilindros

<i>R\$ milhões</i>	2010	2011	Variação
Receita Bruta	222,1	210,1	-5,4%
Receita Líquida	172,5	163,3	-5,3%
Mercado Interno	171,2	161,5	-5,7%
Mercado Externo	1,3	1,8	38,5%
CPV	(142,8)	(138,9)	-2,7%
Lucro Bruto	29,7	24,4	-17,9%
<i>Margem Bruta</i>	<i>17,2%</i>	<i>14,9%</i>	<i>-2,3p.p.</i>

Galvanização

<i>R\$ milhões</i>	2010	2011	Variação
Receita Bruta	57,7	48,9	-15,3%
Receita Líquida	44,8	38,0	-15,2%
Mercado Interno	44,8	38,0	-15,2%
CPV	(32,6)	(29,8)	-8,6%
Lucro Bruto	12,2	8,2	-32,8%
<i>Margem Bruta</i>	<i>27,2%</i>	<i>21,5%</i>	<i>-5,7p.p.</i>

Informações Geográficas:

Receitas de clientes no exterior

					Consolidado
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	GALVANIZAÇÃO	2011 TOTAL
Receita Líquida	272.267	249.306	163.339	37.990	722.902
Mercado Interno	262.348	223.993	161.489	37.990	685.821
Mercado Externo	9.918	25.313	1.850	-	37.081
Ásia	1.323	-	-	-	1.323
Europa	2.550	-	-	-	2.550
América do Norte	36	-	-	-	36
América do Sul e Central	6.009	25.313	1.850	-	33.172

	Consolidado				
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	GALVANIZAÇÃO	2010
					TOTAL
Receita Líquida	302.392	263.586	172.512	44.787	783.277
Mercado Interno	295.166	232.130	171.247	44.787	743.330
Mercado Externo	7.226	31.456	1.265	-	39.947
Ásia	1.024	-	-	-	1.024
Europa	2.374	-	-	-	2.374
América do Norte	834	-	-	-	834
América do Sul e Central	2.994	31.456	1.265	-	35.715

25. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques. O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

26. Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 31 de dezembro de 2011 encontrava-se em circulação no mercado 4.712 ações ordinárias e 9.609.072 ações preferenciais representando 55,41% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 86,20% das ações preferenciais.